CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

EUA monitoram eleição e temem que Flávio seja impedido de tomar posse caso seja eleito

EMILY J. HIGGINS/THE WHITE HOUSE

Governo Trump poderia adotar sanções contra o Brasil que iriam além da Lei Magnitsky

■ **Os Estados Unidos monitoram as eleições presidenciais no Brasil e avaliam a possibilidade de Flávio Bolsonaro (PL) enfrentar obstáculos para assumir o poder caso vença a disputa no próximo domingo (25). A preocupação em Washington envolve eventuais decisões judiciais de ministros do STF.**

■ Na avaliação de observadores de Washington, ministros como Alexandre de Moraes e Flávio Dino poderiam criar obstáculos à posse de Flávio Bolsonaro por meio de decisões judiciais, mesmo em caso de vitória nas urnas.

■ **Caso o senador seja eleito, mas impedido de assumir o comando do Palácio do Planalto, a situação poderia provocar uma tensão sem precedentes nas relações entre Brasil e Estados Unidos.**

■ Nesse cenário, o governo de Donald Trump poderia adotar sanções contra o Brasil que iriam além da aplicação da Lei Magnitsky e da imposição de novas tarifas comerciais.

■ **Entre as possibilidades consideradas está a de a Casa Branca não reconhecer Lula como chefe de Estado brasileiro caso Flávio seja impedido de tomar posse. A medida abriria espaço para novas ações do governo Trump contra o Brasil.**

Após cobrança de Flávio Dino, governo Lula admite que apuração sobre R$ 8,4 milhões em emendas segue na fase inicial

■ **O governo Lula admitiu ao STF que a apuração de irregularidades envolvendo R$ 8,4 milhões em emendas parlamentares destinadas à saúde ainda está na fase inicial. A informação foi apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao ministro Flávio Dino, nesta quinta-feira (22/10), em resposta a uma cobrança do magistrado.**

■ Em 9 de setembro, Dino determinou que a AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU) prestassem esclarecimentos sobre as providências adotadas diante de irregularidades identificadas em auditorias do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

■ **Na manifestação, a AGU reconheceu que as medidas adotadas pelo Executivo ainda não foram concluídas. "As providências a cargo do Poder Executivo federal ainda se encontram em fase instrutória inicial", afirmou o órgão.**

■ As auditorias identificaram aproximadamente R$ 8,4 milhões em recursos com aplicação irregular ou não comprovada. Desse total, R$ 7,74 milhões correspondem a danos ao erário e R$ 677,8 mil a desvios de finalidade.

■ **Das 25 auditorias complementares realizadas pelo Denasus, 17, equivalentes a 68%, resultaram em propostas de devolução ou recomposição de recursos. Segundo os dados apresentados, cerca de 78% dos valores identificados estão relacionados a emendas de bancada.**

■ A CGU também identificou três casos que podem envolver condutas irregulares de empresas. As situações foram encaminhadas ao Ministério da Saúde para apuração administrativa e eventual responsabilização.

■ **A manifestação não identifica as empresas envolvidas nem os parlamentares responsáveis pelas indicações das emendas.**

■ A AGU informou ainda que os relatórios poderão ser encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) ou à Procuradoria-Geral da União caso sejam identificados indícios de crimes ou atos dolosos de improbidade administrativa.

■ **As informações foram apresentadas no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, relatada por Flávio Dino, que acompanha medidas de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares.**

TCU aponta gasto de R$ 2,5 bilhões por indefinição do governo Lula sobre Angra 3

■ **O Tribunal de Contas da União (TCU) deu ao governo Lula dois prazos sucessivos de 120 dias para apresentar os estudos necessários e decidir sobre o futuro da usina nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro. A determinação ocorre após o tribunal apontar que a indefinição sobre a continuidade das obras provocou gastos de cerca de R$ 2,5 bilhões à Eletronuclear entre 2024 e meados de 2026.**

■ O primeiro prazo foi estabelecido para o Ministério de Minas e Energia, comandado por Alexandre Silveira, atualizar, se necessário, e disponibilizar os documentos necessários à decisão. Após essa etapa, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidido pelo ministro, terá mais 120 dias para decidir entre a retomada e o abandono programado das obras.

■ **No Acórdão, o TCU aponta que a indefinição mantém despesas com a preservação das estruturas, manutenção do empreendimento e pagamento de dívidas, apesar de as obras estarem paralisadas há aproximadamente uma década.**

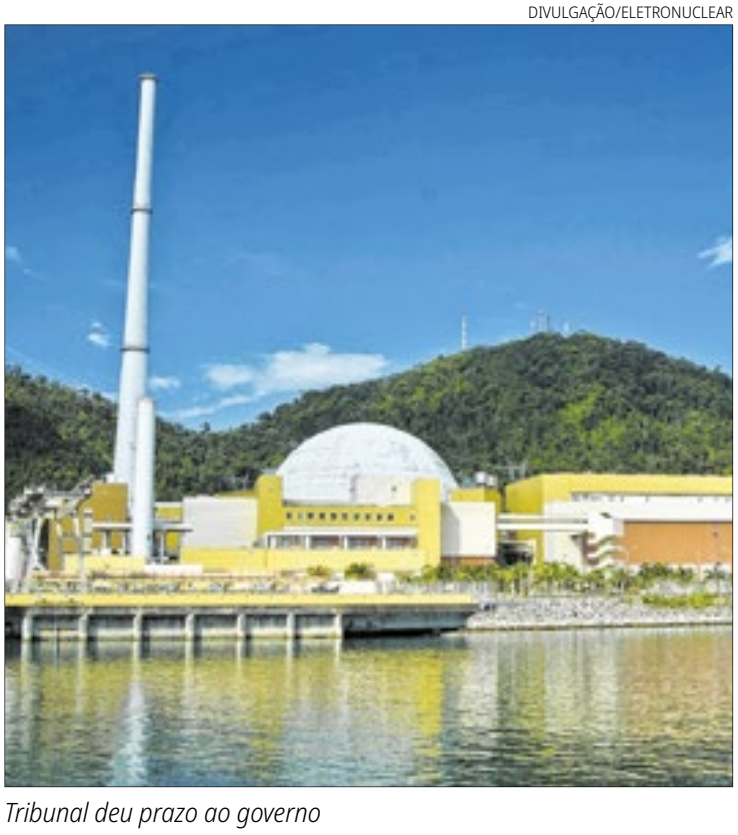
■ O tribunal afirma que a situação contribuiu para o desperdício de cerca de R$ 2,5 bilhões entre 2024 e meados de 2026, utilizados na manutenção da estrutura da obra paralisada e no pagamento de despesas financeiras decorrentes de dívidas contraídas.

■ **Em fevereiro de 2025, o Ministério de Minas e Energia apresentou voto favorável à conclusão da usina. Na ocasião, porém, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, pediu vista do processo, sob a justificativa de que se tratava de um tema complexo e ainda em análise pelo governo.**

■ Em outubro daquele ano, o CNPE determinou a atualização dos estudos sobre o empreendimento. As informações entregues posteriormente indicaram que a conclusão das obras custaria aproximadamente R$ 24 bilhões, enquanto o abandono do projeto teria custo estimado entre R$ 22 bilhões e R$ 26 bilhões.

■ **O TCU também identificou reflexos financeiros em outras empresas do setor nuclear. Em 2025, a Eletronuclear registrou prejuízo líquido de R$ 142 milhões e dívida líquida ajustada superior a R$ 7,25 bilhões. Já as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), fornecedoras de combustível para as usinas de Angra 1 e 2, tiveram prejuízo de R$ 156 milhões, em grande medida devido a atrasos nos pagamentos da Eletronuclear.**

DIVULGAÇÃO/ELETRONUCLEAR



Tribunal deu prazo ao governo